

OPINIÃO SOCIALISTA



Nº628
De 3 a 16 de
Fevereiro de 2022
Ano 23

R\$2



(11) 9.4101-1917



PSTU Nacional



www.pstu.org.br



@pstu



Portal do PSTU



@pstu_oficial



FORA BOLSONARO E MOURÃO

ÔMICRON EXPLODE NO PAÍS ENQUANTO BOLSONARO SABOTA VACINAÇÃO

**Para garantir vacina
para todos e acabar com
a pandemia, é preciso
quebrar as patentes e
defender o SUS**



PARTICIPE DOS PROTESTOS

Justiça por Moïse Kabagambe

EMPREGO

**Reforma trabalhista: É preciso
revogar a reforma como um
todo páginas** **Página 4 e 5**

MULHERES

**Pandemia deixa legado de
violência e desigualdade às
mulheres trabalhadoras** **Página 11**

INTERNACIONAL

**O significado
das eleições
em Portugal** **Página 13**



PDF INTERATIVO

CLIQUE NO QR CODE >



DAS MATÉRIAS E VÁ DIRETO PARA O SITE

páginadois

CHARGE

o GÊMO DA FAMÍLIA



“Faltou visão de futuro”



Bolsonaro, culpando as pessoas que são obrigadas a viverem em áreas de risco pela tragédia das chuvas que matou 24 pessoas em SP.

BARBÁRIE

Quem matou Moise Kabagambe?

Moise Mugenyi Kabagambe, jovem, de 24 anos, negro, congolês e trabalhador, foi assassinado brutalmente no dia 24 de janeiro na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. Moise foi amarrado e espancado até a morte. Segundo a família, Moise trabalhava como ajudante de cozinha no quiosque Tropicália, localizado na altura do posto 8, e recebia por diária. Ao cobrar o pagamento de duas diárias atrasadas, foi brutalmente espancado até a morte por cinco homens com pedaços de madeira e um taco de beisebol. O caso tem notorie-



dade após um ato realizado por seus familiares e amigos no último dia 29 em frente ao quiosque, denunciando o assassinato e cobrando justiça. Sabemos porque Moise-

foi assassinado! É resultado do racismo, da xenofobia e da impunidade. Em várias cidades serão realizados protestos contra esse crime bárbaro. Participe!

AGRO É TÓXICO

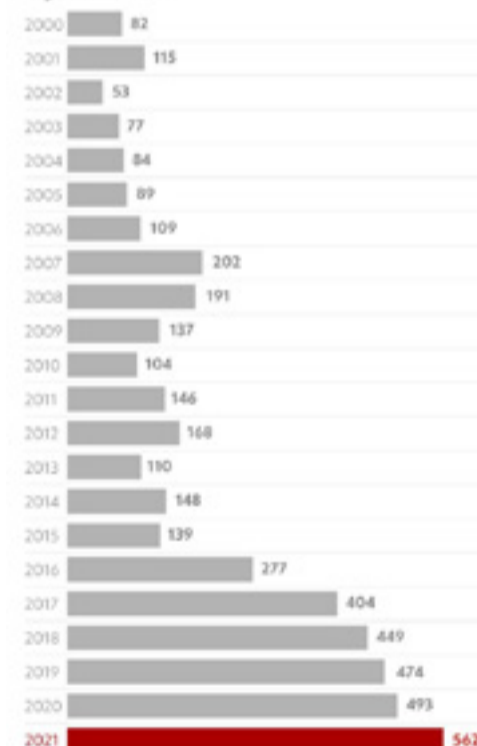
O veneno está na mesa



Registro de agrotóxicos no Brasil

Governo registrou em 2021 o maior número de pesticidas desde o início da série histórica

Registros no ano



O Brasil encerrou 2021 com 562 agrotóxicos liberados, maior número da série histórica iniciada em 2000 pelo Ministério da Agricultura. Ainda em dezembro, o total de aprovações já tinha superado o recorde de 2020. As últimas liberações de 2021 foram publicadas em janeiro no Diário Oficial da União (DOU). O volume foi 14% superior ao de 2020, quando 493 pesticidas foram autorizados. Os registros vêm crescendo ano a ano no país desde 2016.

Dos 562 agrotóxicos liberados em 2021, 33 são inéditos (5,9%) — químicos ou biológicos — e 529 são genéricos (94,1%) que podem ser feitas quando caem as patentes. A penetração massiva dos agrotóxicos começou com a liberação da soja transgênica em 2006, como se vê no gráfico ao lado. Muitos desses produtos estão proibidos na União Europeia, mas aqui, na periferia do capitalismo, eles encontraram um enorme mercado consumidor.

PRÓXIMO LANÇAMENTO

18 ANOS SUNDERMANN

(11) 9.8649.5443

www.editorasundermann.com.br



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica Atlântica

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opinio@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



É necessário apresentar uma alternativa socialista e revolucionária também nas eleições

Enquanto fechávamos esta edição, o Brasil registrava 767 mortes por Covid-19 e mais de 171 mil novos casos. A nova onda causada pela variante ômicron se mostrou um verdadeiro tsunami, sobrecarregando o sistema de saúde, principalmente por conta do afastamento de profissionais doentes.

O governo Bolsonaro vem respondendo a essa nova situação da pandemia com mais negacionismo, travando uma verdadeira guerra contra a vacinação de crianças e o “passaporte vacinal”. No meio dessa crise, passeia de moto e jet ski pelo país, posa para fotos montadas a fim de demonstrar uma falsa humildade, ao mesmo tempo que, por trás das câmeras, faz a farra com o cartão corporativo. Bolsonaro já gastou quase R\$ 30 milhões com o cartão, mais do que seus antecessores.

Mas ele não se satisfaz em somente levar à frente sua campanha contra a vacina. Numa canetada, cortou R\$ 3,2 bilhões do Orçamento de 2022, tirando quase R\$ 1 bilhão do INSS, R\$ 740 milhões da educação e R\$ 100 milhões da saúde. Isso num momento em que os postos de saúde e hospitais estão cada vez mais lotados, a inflação não dá sinais de arrefecimento, fazendo com que, num cenário de desemprego em massa, mais famílias dependam das já parcas pensões e aposentadorias, e a educação convive com uma precarização crescente.

A população, além da pandemia, o desemprego e a inflação, enfrenta as fortes chuvas e mortes. Como é típico, segue o descaso dos governos para resolver esse problema que, todo ano, provoca dezenas de mortes. No sul da Bahia, foram ao menos 25 vítimas fatais. Já em Minas Gerais, também fortemente atingida pelas chuvas, além da agressão ambiental assassina de empresas como a Vale,



ao menos 24 perderam a vida. Em São Paulo já são 27 mortos. Quase todos pobres, incluindo os que, segundo Bolsonaro, não têm “visão de futuro” ao morarem em área de risco.

E falando em Minas Gerais e Vale, a tragédia de Brumadinho completou dois anos recentemente. Esse crime, causado pela ganância incontrolável da Vale, ceifou a vida de 270 pessoas. E o que se vê é a mais completa e absoluta impunidade. Pelo contrário, os acionistas da empresa privatizada receberam R\$ 19,6 bilhões, enquanto as famílias dos mortos, desaparecidos e atingidos receberam só R\$ 2,7 bilhões. Para os acionistas da Vale, o crime valeu a pena.

Esse é o retrato do Brasil. Enquanto as grandes empresas, os bilionários e os banquei-

ros têm seus lucros protegidos pelos governos, o povo padece com a fome, o desemprego, as chuvas, quando não morre diretamente nas mãos dessas mesmas grandes empresas.

O brutal assassinato do congolês Moïse Mugenyi no Rio de Janeiro é expressão do país racista, dominado por milicianos, cujos tentáculos se embrenham pelos governos e chegam até o Planalto.

ALTERNATIVA SOCIALISTA A BOLSONARO E DEMAIS GOVERNOS

Diante dessa crise e da barbárie crescente, ganha cada vez mais importância a necessidade de se apresentar ao país e também aos estados uma alternativa da classe trabalhadora e socialista. É necessário afirmar um projeto de inde-

pendência dos trabalhadores em relação à burguesia, avançando na luta, organização e consciência para a classe, a juventude e os setores populares. Isso para que, através de sua própria luta e auto-organização, a classe trabalhadora possa construir uma saída operária, revolucionária e socialista para o país.

Só é possível derrotar de verdade Bolsonaro e as condições que permitiram seu ascenso, por meio de uma alternativa independente de classe e socialista. Somente assim conseguiremos impor medidas que enfrentem os super-ricos e os bilionários, e resolver a crise em que se encontra a grande maioria da população.

Lula e o PT, porém, reproduzem uma saída nos marcos desse sistema, apresentando uma alter-

nativa de um governo de aliança ainda mais ampla com a burguesia e o imperialismo, ainda pior do que foi feito em seus governos anteriores. Do programa às alianças, como o vice Geraldo Alckmin e setores do centrão, expressam que sua proposta é a de continuar governando o capitalismo em crise, num futuro governo de “unidade nacional” que vai do apoio de Biden, passando pelos partidos tradicionais da direita, até chegar ao PSOL. Essa não é a alternativa “menos pior”, como muitos podem enxergar, pois não só não vai resolver os problemas que afligem a nossa classe como vai desmobilizá-la, desorganizá-la e desconstruir ainda mais sua consciência de classe, preparando nova desmoralização ali na frente, que foi justamente o que deu impulso a Bolsonaro e à ultradireita. Por isso, a luta pela construção de uma alternativa de independência de classe e a disputa da consciência para um projeto socialista, precisa se expressar também nas eleições através de uma candidatura independente da burguesia, socialista e revolucionária.

Mesmo processo que ocorre nos estados. Por exemplo, no Rio de Janeiro, o ex-PSOL Marcelo Freixo, agora no PSB, se aproxima de setores reacionários neopentecostais e elege para elaborar seu programa de governo o neoliberal Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central de FHC.

A construção do Polo Socialista Revolucionário, da qual o PSTU participa e está empenhado, é importante para defender uma alternativa de independência de classe e socialista. Portanto, enfrentada também com as demais alternativas eleitorais, incluindo Lula-Alckmin, que coloca toda a classe trabalhadora a reboque da burguesia, na defesa do capitalismo.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3URGUST](https://bit.ly/3URGUST)

DISCUSSÃO

A reforma trabalhista de volta ao debate



DA REDAÇÃO

Quatro anos depois de aprovada, a reforma trabalhista volta à pauta. Não propriamente pelos seus efeitos no mercado de trabalho, mas pela suposta revogação da reforma realizada pelo atual governo da Espanha, de Pedro Sánchez (uma coalizão do Partido Socialista com o Podemos e o Partido Comunista), em negociação com as direções das principais centrais do país, como a UGT e a CCOO, e empresários.

Por aqui, Lula afirmou que os brasileiros deveriam “acompanhar de perto” esse processo. A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, chamou a notícia de “alvissareira”. As direções do PT e de centrais como CUT, Força Sindical, CTB e Intersindical chega-

ram a participar de uma reunião com representantes do governo e das centrais espanholas sobre o tema. Guilherme Boulos, por sua vez, afirmou que viu “com bons olhos esse passo”.

A realidade, porém, é que não houve nenhuma revogação da reforma trabalhista na Espanha, como anunciaram lideranças do país e repercutiram aqui dirigentes do PT e do PSOL. O que houve foi a consolidação de medidas que perpetuam a precarização dos empregos, como a facilitação de demissões. Tudo acordado com empresários e as direções das centrais e vendido como revogação de uma reforma que só levou desemprego e precarização ao país.

Lula, o PT e as direções das centrais no Brasil não estão desinformados. Tanto que, logo após a reunião com os dirigentes da Espanha, um dos participan-



tes comentou o seguinte à revista Carta Capital sobre Lula: “disse claramente, com todas as letras: ele, sendo reeleito, não revogará a lei trabalhista.” Nem mesmo o trabalho intermitente, aquele por hora que pode pagar menos que um salário mínimo (leia mais abaixo), estaria no alvo do PT. O que foi elogiado por Lula foi o processo “negociado” entre go-

verno, patrões e centrais. Mesmo que essa “negociação” tenha sido para manter os principais pontos da reforma de 2012 na Espanha.

O recuo no discurso de revogação da reforma (qualquer que seja), porém, já tinha sido feito antes. Isso porque, quando Lula tocou no assunto, o escolhido para ser seu vice, Geraldo Alckmin, demonstrou insatisfa-

ção. Ato contínuo, emissários do PT correram para avisar ao eterno tucano que “não era bem assim”. A verdade é que, com uma aliança com Alckmin, grandes empresários e banqueiros, e um programa para gerenciar o capitalismo, não é possível revogar a reforma trabalhista, muito menos criar empregos, salários e direitos decentes.

MAU EXEMPLO

Espanha não revogou a reforma trabalhista, mas a consolidou



A reforma trabalhista de Mariano Rajoy (PP) no ano de 2012 é tida como inspiração para a reforma trabalhista sancionada por Michel Temer em 2017, que reduziu a pó mais de 100 pontos

da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Porém, o processo de flexibilização das relações trabalhistas naquele país começou antes. Em 2010, o governo de Luís Zapatero, do mesmo PSOE

que o atual presidente, aprovou uma reforma que, entre outros ataques, facilitava as demissões (através da ampliação do chamado ERE – Expediente de Regulagem do Emprego) e estabelecia os contratos temporários de trabalho.

Num cenário em que o desemprego chegava a 19,59%, e entre os jovens superava os 50%, os ataques ao emprego e aos direitos desembocaram numa onda de paralisações e manifestações, incluindo uma greve geral naquele mesmo ano. Como se não bastasse, após isso, Zapatero impôs uma reforma da Previdência, estendendo a idade e o tempo de serviço para se aposentar. Esse processo, aliado às greves e protestos, culminou nas grandes manifestações de 15 de maio de 2011, o 15M.

A reforma de Rajoy, em essência, aprofundou essas me-

didias, facilitando e barateando ainda mais as demissões e ampliando o prazo dos contratos temporários. Os efeitos se assemelham aos de uma guerra civil: 6,2 milhões de trabalhadores perderam o emprego, o desemprego ficou em 27,16%, chegando a 57,2% entre os jovens.

Agora, a suposta contrarreforma do governo Sánchez não altera em essência ou revoga a reforma de 2012. Pelo contrário, preserva os mecanismos que facilitam as demissões, inclusive em massa, e mantém os contratos por tempo parcial. Além de ampliar o mecanismo chamado ERTE (Expediente de Regulagem Temporário do Emprego), que permite a suspensão ou redução da jornada de trabalho, com a perda de pelo menos 30% dos salários e a suspensão de vários direitos.

Para se ter uma ideia, durante a pandemia, mais de 4 milhões de trabalhadores foram enviados aos ERTes, protegendo os lucros das grandes empresas à custa da redução dos salários e direitos, e do aumento da dívida pública.

Apesar da posição das principais centrais, o sindicalismo alternativo, como Co.bas, CGT e as centrais das nacionalidades oprimidas, denuncia a reforma. A mobilização pela sua real revogação já começou.

SAIBA MAIS



Leia entrevista com dirigente da Co.bas e da Corriente Roja na Espanha sobre a reforma.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3IWXYS](https://bit.ly/3IWXYS)

CONSEQUÊNCIAS NO BRASIL

Reforma trabalhista gerou tsunami de desemprego e miséria

A reforma trabalhista foi sancionada por Temer sob a promessa da criação de 2 milhões de empregos em dois anos e 6 milhões de novos postos de trabalho em uma década. Passados quatro anos do maior retrocesso em direitos da história, os efeitos são o aprofundamento do desemprego, a generalização do trabalho precário e a perda de direitos. Como consequência direta, a perda da renda e, aliada à inflação, a volta da fome.

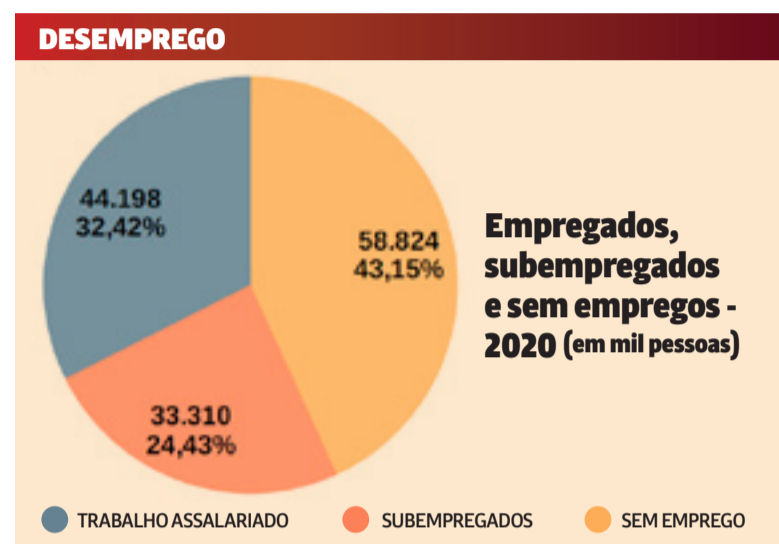
Não poderia ser diferente. Entre as mais de 100 mudanças na CLT, está a possibilidade do negociado se sobrepor à lei, mesmo que isso signifique menos direitos. Também o famigerado trabalho intermitente, ou seja, o trabalho por demanda do empregador, por

hora, que pode pagar, ao final do mês, menos que um salário mínimo. Além de medidas puramente perversas, como a possibilidade da redução do horário de almoço e a permissão para que grávidas trabalhem em locais insalubres.

Chegamos a uma situação em que 43 milhões de brasileiros, 21% da população, sobrevivem sem renda do trabalho, seja formal ou informal, como buscar materiais recicláveis na rua. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 2019 a 2020, 13 milhões de pessoas passaram a viver nessa situação. Se a reforma trabalhista não criou empregos durante a crise que se estendia desde 2014, na pandemia ajudou a criar o cenário de terra arrasada. Algo que só piorou com o fim

do auxílio emergencial que, apesar de irrisório, garantiu algum nível de sobrevivência a quem se viu sem trabalho. Com a sua extinção, 22 milhões se viram sem qualquer fonte de renda.

O Anuário Estatístico do Ilaese (Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos) de 2021 joga luz sobre os reais números do desemprego no Brasil, para além dos critérios utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de estar procurando emprego no momento da pesquisa. Segundo levantamento do Ilaese, 58,8 milhões de pessoas não contavam com nenhum emprego em 2020, seja formal ou informal. Bem mais que os 12 milhões de desempregados identificados pelos números oficiais. E



mais até que os 44,1 milhões de assalariados. E dentre os trabalhadores formais, mais de 10% contavam com contratos temporários, sendo que no ano anterior esse número era de 0,6%.

Quando fechávamos esta edição, o IBGE acabava de divulgar os resultados do emprego e da renda no trimestre fechado em novembro último. A renda despencou 11% em relação ao mesmo período de 2020, batendo novo recorde desde o início da série histórica em 2012.

Esse é o resultado não só da reforma trabalhista, mas também da Previdência, que obriga o trabalhador a permanecer mais tempo no mercado, e de toda a política econômica imposta pelos últimos governos e aprofundada por Bolsonaro e Paulo Guedes, que jogou a classe trabalhadora e a maioria da população numa espiral de desemprego, miséria e fome, enquanto os super-ricos ficam ainda mais ricos.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3IWXYUS](https://bit.ly/3iWXYUS)

RENDA MÉDIA DOS OCUPADOS

Nos trimestres até novembro, em R\$



PARA ACABAR COM O DESEMPREGO

Revogar a reforma trabalhista por inteiro

Para reverter a destruição dos empregos, dos direitos e da renda dos últimos anos, é preciso revogar a reforma trabalhista por inteiro. Mas não só, é preciso revogar também a reforma da Previdência e a lei das terceirizações. Infelizmente, Lula e o PT não se comprometem com isso, pois estão atados aos interesses das grandes empresas e dos banqueiros. O que Lula aponta

é exatamente o mesmo que se fez na Espanha: uma negociação de faz de conta para manter a reforma e retirar mais direitos.

Reverter os ataques desse último período é um primeiro passo, mas é preciso ir além para se resolver de fato o problema estrutural do desemprego neste país. É necessário reduzir a jornada de trabalho sem reduzir os salários, distribuindo o trabalho a quem

precisa trabalhar. É preciso ainda aumentar os salários e impor um plano de obras públicas que possa, ao mesmo tempo, absorver a mão de obra desocupada e atacar outros problemas históricos como a questão do saneamento básico, moradia, saúde etc..

Isso só será possível atacando os lucros e os interesses das grandes empresas e dos super-ricos, proibindo as demissões e

estatizando as empresas que insistirem em demitir. Parando de pagar a mal chamada dívida e acabando com as isenções bilionárias, ao contrário, apoiando e garantindo refinanciamento das dívidas e isenção ao pequeno e microempresário, que ficou a ver navios com o veto de Bolsonaro ao setor que concentra o grosso dos empregos.

A classe trabalhadora deve

exigir e lutar pela revogação por inteiro das reformas trabalhista e da Previdência, não aceitando enganação, como essa falsa revogação na Espanha que Lula e Boulos defendem. E nessa luta, defender um programa que garanta emprego, salário e direitos. Junto a isso, avançar na construção de um projeto e de uma perspectiva de um governo socialista dos trabalhadores.

TRÊS ANOS DOS CRIMES DA VALE EM BRUMADINHO

Símbolo do genocídio e da decadência capitalista

GERALDO ARAÚJO BATATA
DE CONTAGEM (MG)

Nos últimos anos os sinais de decadência e degeneração do sistema capitalista tornaram-se cada vez mais agudos. A pandemia, que levou a vida de milhões, mas também o desemprego e a miséria, a violência urbana, o feminicídio e a espuma do ódio racial.

Ao mesmo tempo que a técnica permite ao homem alcançar estrelas e dar saltos na conquista do espaço, aqui embaixo os crimes da mineração lembram com profunda crueldade que, para a maioria da população, impera a lei da barbárie.

É assim que enxergamos os crimes hediondos da Vale em Brumadinho (MG) e anos antes em Mariana (MG). Neste 25 de janeiro completaram-se três anos do maior crime socioambiental e trabalhista da história do país: o rompimento da barragem I da mina de Córrego do Feijão, de propriedade da Vale.

Uma montanha com 86 metros de altura e crista de 720 metros de comprimento. Os rejeitos dispostos ocupavam



uma área de 249,5 mil metros quadrados e o volume de 11,7 milhões de metros cúbicos. O “tsunami de rejeitos” matou 272 pessoas, a maioria trabalhadores da Vale. Corpos, lama, galpões, casas, carros, animais, árvores misturaram-se, triturados, até chegar ao Rio Paraopebas, onde depositaram-se em centenas de quilômetros de seu leito.



A VALE SABIA DA POSSIBILIDADE DE ROMPIMENTO

Em fevereiro de 2017, o consórcio Tuv Suv-Potamos subcontratou a empresa Amplo Engenharia e Gestão de Projetos para, em conjunto, elaborar o Relatório de Gestão de Riscos Geotécnicos (GRG) da barragem. O relatório, apresentado em novembro do mesmo ano, apresentou resultados preocupantes sobre sua estabilidade.

Além disso, a Vale foi alertada por trabalhadores que durante décadas conheciam a situação da barragem. Em depoimento à CPI na Assembleia Legislativa de Minas (Alemg), o funcionário da Vale Fernando Coelho (o pai dele faleceu no rompimento da barragem),

em 12 de junho de 2018, confirmou que havia alertado de forma mais enfática os engenheiros da mineradora. “Retirem o pessoal do Córrego do Feijão, retirem todo o pessoal lá de baixo, porque isso aqui pode estourar agora ou daqui a uma semana”, disse.

Todos os relatórios produzidos pelas empresas contratadas alertavam para o perigo e estipulavam inclusive o número de pessoas mortas em caso de rompimento. Os indícios eram claros. Mas os executivos da Vale preferiram deixar os trabalhadores no rastro da lama.

TERROR PERMANENTE SOBRE AS COMUNIDADES

Nos meses seguintes ao rompimento, empresas contra-

tadas pela Vale se recusaram a conceder laudos de estabilidade para diversas barragens espalhadas pelo Estado. Sirenes soaram e milhares de famílias foram retiradas de seus lares, fazendas, comércios, por estarem na rota da “lama invisível”. O terror tomou conta das comunidades e transformou a vida de milhões de pessoas num verdadeiro inferno. A ponto de uma verdadeira epidemia de doenças mentais (depressão e suicídios) atingir as cidades mineradoras.

O terror da Vale tinha um objetivo claro também: aproveitar do pânico das famílias para expropriar milhares de terrenos, negociando diretamente com proprietários, sem assessoria alguma, pagando indenizações bem abaixo dos valores das propriedades. Justamente em áreas de interesse da mineradora para ampliação de suas atividades.

Ainda em 2019 os deputados estaduais aprovaram uma lei que concedeu um prazo de três anos para descaracterização de 54 barragens a montante (as mesmas que romperam em Mariana e Brumadinho) no Estado. Destas, somente sete foram descaracterizadas e 17 não têm sequer um plano para isso, segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM). Três dessas barragens, em Ouro Preto, Nova Lima e Barão de Cocais, estão em nível máximo de alerta, com possibilidade de rompimento a qualquer momento. Os prazos estão vencendo neste mês, e tudo indica que o governo mineiro vai simplesmente prorrogar, sem qualquer punição para a mineradora.

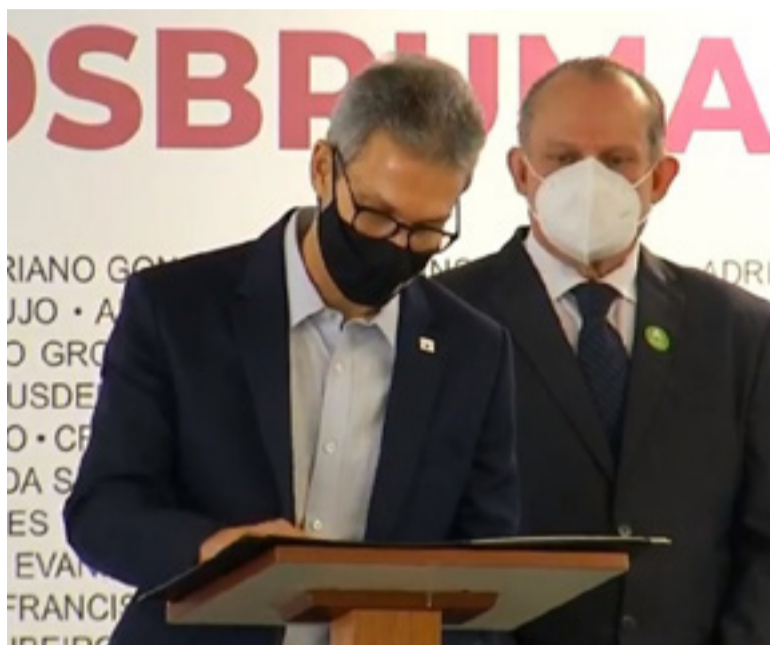
O terror da Vale e da mineração é permanente. Com as chuvas torrenciais nesse verão, a lama depositada nos leitos dos rios Doce e Paraopebas foi jogada nas margens, novamente destruindo casas, hortas, plantações, contaminando pessoas e animais.



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/34TR1QW](https://bit.ly/34tr1qw)

ENCOBRIENDO CRIMES

Acordo da Vale com Zema é manobra



Os acionistas da Vale sabem muito bem que a indignação e a pressão popular vinham crescendo. As comunidades vêm se organizando em associações e buscando unificar as lutas com os diversos coletivos, por indenização e reparação. Essa pressão tem reflexo em milhares de ações judiciais que chegam, até mesmo, em tribunais internacionais. Já em 2019 tem início um dito segundo boom da mineração, em que os preços do minério de ferro dispararam no mercado internacional, o que

aumenta os lucros das mineradoras.

O acordo da Vale com o governo de Minas é uma manobra da empresa para limpar a imagem, comprando a subserviência do governador Zema (Novo) e dos representantes de todas as esferas do Estado. Além disso, foi construído a portas fechadas e à revelia das famílias das vítimas. O acordo prevê desembolso total de R\$ 37,5 bilhões em investimentos e obras, e desconta valores já pagos pela empresa na recuperação das áreas atingidas e parte de in-

denizações. Isso tem gerado indignação, pois a Vale privilegia mais uma vez seus próprios interesses e vira as costas à população. Com a destruição provocada pelas chuvas, agora dá para ver que o acordo foi para encobrir os crimes da empresa.

“Não por acaso nenhum executivo da Vale, ou da TuvSuv, estão presos. Pior, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu o processo que corria na justiça estadual e remeteu para a esfera federal. A impunidade é total para esses assassinos engratados.

RECOLONIZAÇÃO DO PAÍS

Um modelo colonial-predatório e destrutivo

Muitos se perguntam como chegamos na situação atual de degradação, genocídio, decadência. A existência de um governo como Bolsonaro é a face bruta de um modelo colonial-predatório e destrutivo. É a verdadeira face do capitalismo nacional e sua submissão ao imperialismo. Dentro desse modelo, o importante é a produção de minérios, matérias-primas e monocultivos para exportação. Na outra ponta, a desindustrialização, com fechamento de fábricas. Enquanto o desenvolvimento tecnológico avança com a indústria 4.0, desenvolvido por grandes conglomerados, onde o Brasil é mero consumidor dessas tecnologias. O país não tem nenhuma participação nesse processo. O que prima é a ampliação das grandes fazendas do agronegócio e os buracos nas montanhas. Esse modelo exige o rebaixamento das condições de vida da classe trabalhadora e de extratos da pequena burguesia urbana e rural. Exige retirada de direitos e flexibilização das legislações trabalhista e ambiental, criando um cenário perfeito para a superexploração dos trabalhadores e das riquezas do solo e do subsolo.

Iniciado na década de 1990, esse modelo ganha impulso nos governos Lula e Dilma, em que a mineração e o agronegócio foram agraciados com financiamentos de bancos de fomentos estatais e incentivos fiscais, para ampliar a produção e atender a crescente demanda da China. A Vale foi uma das grandes beneficiárias em todo esse período. E todas as vezes que destruiu nossos rios e matou trabalhadores suas ações bateram recordes nas bolsas, nas mesmas proporções de seus crimes. Os lucros da Vale somam-se bilhões nos últimos anos. Enquanto o lucro bruto foi de R\$ 416 bilhões (2012 a 2020), no mesmo período, a empresa remunerou o capital em R\$ 297 bi*.

O novo boom da mineração acirra ainda mais a disparatada busca por escavar a terra e acelerar a degradação e a rapina. Segundo a Agência Nacional da Mineração (ANM), a demanda internacional tem impulsionado novos projetos de mineração. Em 2021, esse órgão concedeu 825 licenças. Em 2020 tinham sido 594. Os números vêm crescendo desde 2017. Ainda segundo a ANM, o setor acumulou receita de R\$ 209 bilhões em 2020. Em 2021, a receita subiu para R\$ 339 bilhões.

É evidente que a ampliação na mineração gera muitas expectativas na população nas regiões minerárias, quanto à geração de empregos, desenvolvimento do comércio, impostos. No entanto, não é isso que acontece. A empresa gasta menos de 4% de seu faturamento em salários e encargos. O gasto em impostos, quando pago, é inexpressivo frente a seus ganhos. Mas a taxa de mais-valia dá saltos: em 2016 foi de 543,84% e em 2020, de 1.801,51%. Números que mostram que o sacrifício da vida de centenas de trabalhadores e moradores de Minas vale muito a pena para esses parasitas.

Para frear a marcha do abismo e a decadência, é preciso usar a única força conhecida capaz de enfrentar os interesses por detrás desse processo: a mobilização coletiva da classe trabalhadora em conjunto com a luta dos atingidos, buscando de forma unificada as reparações necessárias, mas também a busca por melhores condições de vida. A construção dessa luta deve abarcar um programa construído a partir das necessidades de todos os setores afetados direta ou indiretamente pela mineração. Uma parte fundamental desse programa é a reestatização da Vale, e toda a mineração, sob o



404 cidades em Minas entraram em Estado de Emergência por conta das chuvas. Boa parte teve encalhadas na Bacia do Rio Doce e Rio Paraopebas. A lama da Vale invadiu as cidades.

controle dos trabalhadores e das comunidades. O controle da mineração pelos trabalhadores e comunidades colocará a produção das riquezas a serviço dos interesses da maioria da população, respeitando o meio ambiente e recuperando as áreas devastadas, utilizando as novas tecnologias para jornadas de trabalho menores, gerando empregos.

Mas isso é somente parte das tarefas que a classe trabalhadora no país tem pela frente. É preciso mudar profundamente as relações de produção no país.

Acabar com a barbárie capitalista exige uma revolução social que modifique justamente a relação de exploração do trabalhador e da terra. Só assim teremos o fim do terror capitalista, da destruição ambiental e dos assassinatos promovidos pela Vale e mineradoras.

* Os dados apresentados foram retirados dos arquivos do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese).

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/34TR1QW](https://bit.ly/34tr1qw)

VACINAÇÃO PRA TODOS JÁ!

Ômicron explode no país, enquanto Bolsonaro sabota vacinação



DA REDAÇÃO

Já estamos no segundo mês de 2022, mas parece que ainda não saímos de 2021. Como era esperado, a pandemia de Covid-19 recrudesceu quando a nova variante ômicron se alastrou sem controle por todo o país. A média móvel de casos nos últimos sete dias foi a 188.451, uma explosão de 125% a mais do que foi registrado 14 dias antes.

Na última semana de janeiro, o Brasil voltou a registrar mais de 600 óbitos por dia. No dia 1º fevereiro, foram registradas 767 mortes. Com isso, a média móvel de mortes nos últimos sete dias é de mais de 600 óbitos – a maior registrada desde 5 de setembro do ano passado. Em comparação à média de 14 dias atrás, o aumento foi de 205%, indicando tendência de alta nos óbitos decorrentes da doença. Até o fim da primeira quinzena de fevereiro, o país ultrapassará a marca de 630

mil mortes pela doença. Mas se levarmos em consideração o “apagão” de dados efetuado pelo governo, bem como a subnotificação, seguramente o número real de mortos pode ser algo em torno de mil pessoas.

Os números desmontam o mito de que a ômicron é um variante “mais branda” do vírus Sars-Cov 2.

O suposto caráter “benigno” da ômicron foi uma desculpa para que todos os governos, mesmo sem uma prova conclusiva, se apressassem em dizer que a atual onda é apenas uma “gripezinha”. Seu objetivo era de que todos voltassem rapidamente ao trabalho para que os lucros dos capitalistas não fossem prejudicados.

Mas a ômicron não tem nada de benigna. Está provocando hospitalizações e mortes, e as cenas de hospitais e postos de saúde cheios de pacientes voltam a se repetir. Isso tem a ver com o enorme poder de contágio da nova cepa. Estima-se que cada pessoa infectada poderia conta-



minar mais outras seis. No começo da pandemia, a estimativa era que cada pessoa infectada com o vírus poderia contaminar mais duas. É por isso que vemos todos os dias cada vez mais pessoas conhecidas se infectarem. Com um poder de contágio maior, o vírus se alastra rapidamente, levando à explosão de mortes.

Graças à vacinação, tão sabotada pelo governo Bolsonaro,

não estamos vivendo ainda uma tragédia de dimensões épicas. Mesmo assim, aqueles que possuem comorbidades e sobretudo os que não estão com esquema vacinal completo ou não tomaram vacina se constituem nas principais vítimas da ômicron.

Embora boa parte da população esteja vacinada, é bom lembrar que o processo no país é muito desigual. Por exemplo,

no Acre nem metade da população foi vacinada (49,4%). No Maranhão a situação é semelhante (51%). Já no Amapá apenas 41% se vacinaram. Tudo isso ainda alimenta o surgimento de novas variantes e tem efeitos sobre a letalidade do vírus.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3L9VXSR](https://bit.ly/3L9VXSR)

HERODES

Bolsonaro ataca vacinação infantil



Bolsonaro vem atacando repetidamente a vacinação infantil. Minimizou as mortes de crianças com idade entre cinco e 11 anos, dizendo que o número de óbitos é “quase zero” entre elas. Mas de acordo com os números do Ministério da Saúde, 311 crianças de cinco a 11 anos morreram no Brasil por síndrome respiratória aguda grave causada pela Covid-19. Os números, contudo, podem ser bem mais altos, considerando a subnotificação. Levantamentos com dados não oficiais dão conta de ao menos 558 óbitos de crian-

ças até novembro de 2021. O fato é que o próprio Ministério da Saúde mostra que a Covid-19 foi a terceira maior causa de mortes infantis em 2020 e a segunda no ano passado.

Contrário à imunização de crianças, Bolsonaro disse que não vacinará a filha mais nova, de 11 anos, usando-a como instrumento de campanha. Também acusou os técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a quem chamou de “tarados por vacinas”, de terem interesses na liberação. Marce-

lo Queiroga segue os passos do presidente-Herodes, sabotando a vacinação e dizendo que os pais têm liberdade de escolha quanto a essa questão. Chegou a defender a apresentação de pedido médico para vacinar crianças sem comorbidades.

Enquanto o governo Bolsonaro sabota a vacinação, os governos estaduais e prefeituras não dão sinal de que adiaram a retomada das aulas presenciais para combater a ômicron. Ao contrário, a maioria confirmou o calendário, um completo absurdo!

QUEBRAR PATENTES E CAPITALISMO

Capitalismo criou ambiente perfeito para a mutação do vírus

Haverá uma nova mutação que escape das atuais vacinas e cause uma nova onda infecções e mortes? Não sabemos exatamente. Mas o que sabemos é que a evolução natural do vírus, suas novas mutações etc., tem como aliado perfeito o sistema capitalista.

Recentemente, cientistas detectaram a subvariante BA.2 da ômicron, que já representa 82% dos novos casos de Covid-19 na Dinamarca. Pesquisadores do país apontam que ela é 33% mais contagiosa que a BA.1, a primeira da família ômicron a ser identificada. Mas por que razão as mutações ocorrem tão rapidamente?

Evidentemente que essa é a evolução natural do vírus, mas o sistema capitalista criou um am-

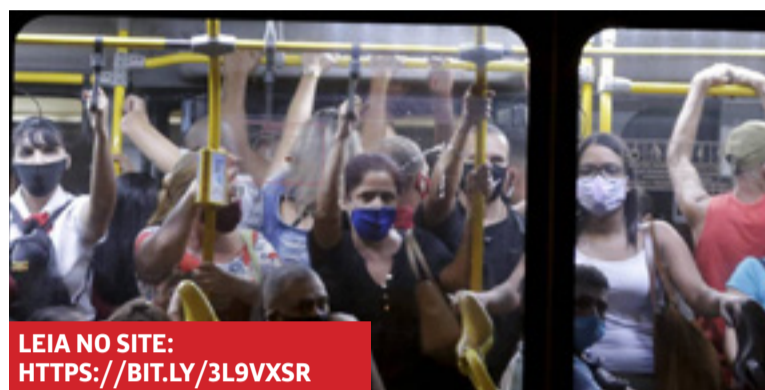
biente perfeito para tal processo. Até hoje uma parte significativa da população mundial não foi vacinada ou segue com ciclo vacinal incompleto. Por isso o vírus circula livremente e há novas mutações, criando um risco enorme de que novas cepas possam escapar das atuais vacinas e que, com o massivo trânsito global de pessoas e mercadorias, se espalhem em velocidade espantosa.

O continente africano, por exemplo, teve menos de 10% da população totalmente vacinada contra o coronavírus, de acordo com os últimos números do Centro Africano de Controle de Doenças (CDC).

A ômicron foi identificada pela primeira vez na África do Sul, um dos poucos países não imperialistas

que teria capacidade para fabricar vacinas contra a Covid-19. Mas o país não fez isso porque as nações imperialistas e a grande indústria farmacêutica não permitiram.

A quebra das patentes das vacinas, ou seja, do monopólio de fabricação e comercialização das grandes farmacêuticas, foi uma necessidade desde o início da pandemia. Teria permitido a rápida fabricação das vacinas, a imunização da grande maioria da população e impedido o surgimento de novas variantes. Contudo, a lógica do capitalismo coloca o lucro sempre acima da vida. Por isso os governos seguem defendendo a propriedade privada, o direito de patente e os lucros das grandes farmacêuticas enquanto a pandemia continua matando os trabalhadores.



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3L9VXSR](https://bit.ly/3L9VXSR)

É por isso que a pandemia segue sem data para acabar, com o surgimento de novas variantes do vírus, e sua transformação, a médio ou longo prazo, em doença endêmica, especialmente nos países mais pobres e desiguais. Enquanto isso, as grandes companhias farmacêuticas acumulavam, em outubro do ano passado,

um aumento de US\$ 270 bilhões em seu capital. É escandaloso que pandemia tenha aprofundado a crise econômica, levando milhões ao desemprego e à miséria, enquanto os lucros obtidos pelos dez homens mais ricos do mundo, em 2021, acumularam lucros de mais de US\$ 608 bilhões. Essa é a verdadeira face do capitalismo.

GENOCIDA

Bolsonaro diz que ômicron é “bem-vinda”, e saúde fica à beira do colapso

Muitos governos e prefeituras simplesmente desmontaram toda estrutura de leitos de UTIs e hospitais de campanha que haviam sido criados anteriormente, o que elevou a pressão sobre o sistema de saúde. O resultado é que o Brasil registrou o maior número de estados sob alerta crítico na ocupação de leitos de UTI para Covid-19 desde junho de 2021, informou a Fiocruz em boletim divulgado no último dia 26.

Seis estados e o Distrito Federal têm 80% ou mais dos leitos intensivos ocupados. A pior taxa de ocupação dos leitos de UTI está no próprio DF, com índice de 98%, à beira do colapso.

Outros estados com ocupação crítica nos leitos de UTI são o Rio Grande do Norte (83%); Goiás e Piauí (82%); Pernambuco (81%); Espírito Santo e Mato Grosso do Sul (80%). Muitas capitais estão próximas do colapso do sistema, como Rio de Janeiro e Brasília (98% de ocupação); Belo Horizonte (95%) e



Fortaleza (93%). Em outras a situação não é muito animadora, com taxas que variam de 70% a 80% de ocupação e crescendo.

Mas enquanto a população sofre com o colapso, o governo Bolsonaro promove um corte de R\$ 3,2 bilhões no Orçamento de 2022, afetando inclusive a Saúde, que teve um corte de R\$ 74 milhões, além dos hospitais federais, vinculados ao Ministério da Educação, que tiveram um corte de R\$ 100 milhões.

Como se não bastasse, o Ministério da Saúde ainda tem o descaramento de insistir na farsa da eficácia da hidroxiquina,

dizendo que elas são mais eficazes que as vacinas. No dia 21 de outubro, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), colegiado do Ministério, empatou em uma votação sobre parecer contrário ao kit Covid para casos leves. Cinco das sete secretarias do Ministério comandado por Marcelo Queiroga votaram a favor do kit Covid.

Bolsonaro tenta criar um movimento antivacina no Brasil (que hoje praticamente não existe) para coesionar sua base de apoio e mobilizá-la para as eleições. Por isso faz declarações

públicas pondo em dúvida a eficácia das vacinas e dizendo “que a melhor vacina que pode haver contra a Covid-19 é a própria con-

taminação”. Em uma live nas redes sociais, o genocida disse que a variante ômicron é “bem-vinda”, provocando a fúria da população.

PROGRAMA

Vacinação pra todos, quebrar as patentes e defender o SUS

- Vacinas para todos já!
- Imediata quebra do direito de patente dos laboratórios que as fabricam.
- Não aos cortes de verbas da Saúde! Em defesa do SUS e fortalecimento dos sistemas de saúde pública.
- Volta às aulas só com vacinação de todos os alunos imunizados.
- É preciso retomar medidas de distanciamento social, pois é criminosa a ideia da “nova normalidade”, que apresenta a ômicron como uma “gripezinha” e manda todos os trabalhadores para o abate. No entanto, elas devem ser seguidas de garantias de proteção ao emprego e renda.

PARA NÃO ESQUECER

Ato marca 10 anos da desocupação do Pinheirinho e exige fim de despejos

ANA CRISTINA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP

No último dia 22 de janeiro, centenas de manifestantes revisitaram um dos cenários mais emblemáticos da luta por moradia no Brasil: a antiga ocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP). Em frente ao terreno que chegou a abrigar 1.800 famílias, ex-moradores da ocupação e ativistas realizaram um ato para marcar os 10 anos da violenta reintegração de posse ocorrida no local.

O ato contou com a participação de partidos políticos, entidades sindicais, movimento popular e moradores de várias ocupações. A nota de convocação da atividade foi assinada por duas centenas de organizações, ganhando apoios de parlamentares, intelectuais e artistas.

Além de lembrar a violência e a crueldade que marcaram o despejo, denunciar os

governantes responsáveis pela ação (Geraldo Alckmin, governador de São Paulo, e Eduardo Cury, prefeito, ambos do PSDB), o ato reafirmou a atualidade da luta por moradia no país e a necessidade de enfrentar a lógica capitalista da desigualdade social.

ALCKMIN NÃO GOSTA DE POBRE

Toninho Ferreira, presidente do PSTU de São José dos Campos, abriu o ato lembrando que os governos e poderosos fizeram de tudo para destruir a organização e a luta dos moradores do Pinheirinho.

“Desde os primeiros dias que a ocupação se formou, as famílias tiveram de enfrentar dificuldades, lutar contra ordens de despejo e ataques”, disse. “Recentemente, vimos Lula dizer que Alckmin é o único tucano que gosta de pobre. Se gostar de pobre for isso, imagina quando ele ficar irri-

tado com os pobres”, criticou. “Nós queremos que esse terreno volte pra mão do povo e que as famílias que sofreram aquela violência tenham reparação por danos morais e materiais”, disse o dirigente.

“Dez anos atrás, a polícia do governador Alckmin passou com trator por cima da casa das pessoas alegando que esse terreno teria uma destinação mais nobre. São dez anos desse terreno virando mato. É dessa forma que se acumulam as fortunas dessa sociedade. O Naji Nahas está muito mais rico hoje do que era naquele momento. Uma riqueza que se constrói com a destruição de tudo aquilo que a classe trabalhadora tem”, destacou Zé Maria, presidente nacional do PSTU, em sua fala durante o ato.

AMEAÇAS DE DESPEJOS

Moradores de ocupações no estado de São Paulo estiveram presentes na mobilização. Vanessa Mendonça, moradora da ocupação dos Queixadas, organizada pelo Movimento Luta Popular, destacou a importância do Pinheirinho como exemplo de luta e resistência, principalmente no momento em que milhares de famílias estão sob ameaça de despejo no país.

“Milhares de famílias estão ameaçadas de despejo a partir do dia 31 de março”, alertou. A data citada diz respeito ao prazo de validade da decisão do STF que proíbe despejos no Brasil durante a pandemia. Segundo a Campanha Despejo Zero, no estado de São Paulo, são mais de 36 mil famílias ameaçadas.

“Se existe despejo e desocupação violenta, é porque existe



SAIBA MAIS

A desocupação



Na madrugada do dia 22 de janeiro de 2012, apesar de que avançavam as negociações para a regularização da ocupação, os governos Alckmin e Cury montaram um aparato de guerra, com dois mil policiais, helicópteros, cães, cavalos, gás lacrimogênio, balas de borracha e spray de pimenta para despejar 1.800 famílias. A ação foi marcada por violações dos direitos humanos e irregularidades, gerando repercussão internacional. Pelo menos duas mortes resultaram da ação.

As famílias ficaram desalojadas durante vários meses, mas a luta não parou. A pressão obrigou os governos a garantirem um aluguel social até a entrega de novas casas no conjunto Pinheirinho dos Palmares, na região sudeste de São José, em 2016.

LUTA CONTRA DÉFICIT HABITACIONAL

Uma lição de luta, organização e resistência

Ao Opinião Socialista, Toninho Ferreira, que foi liderança na ocupação desde o início, falou sobre o significado da ocupação do Pinheirinho e porque dez anos depois sua história ainda é referência.

Segundo Toninho, todos os governos foram incapazes de resolver o problema do déficit habitacional. “No Brasil, vimos cidades serem formadas para favorecer os mais ricos, que moram nas regiões mais urbanizadas, enquanto o povo pobre é empurrado para as periferias. Uma lógica de desigualdade e exclusão”, disse. “Apesar de a moradia ser uma reivindicação democrática, os governos não querem resolver essa demanda, porque estão a serviço dos super-ricos. O Pinheirinho foi um desafio a essa lógica”, afirmou.

“O Pinheirinho deixou uma lição que os poderosos não conseguem apagar. Na ocupação não tinha secretaria de habitação, mas as famílias fizeram casas. Não tinha secretário de obras, mas tinha ruas e praças planejadas. A gente fazia luta por reivindicações do povo e questões gerais do país. Sem recursos, as famílias fizeram um bairro existir e funcionar por oito anos, provando que é possível o povo pobre se auto-organizar. É isso que eles não podiam suportar”, disse.



capitalismo. Se existem miséria e pobreza, é por conta desse sistema. A única forma de acabar com a pobreza, de garantir terra, reforma agrária e teto é construindo uma sociedade mais justa e igualitária, uma sociedade socialista”, defendeu Weller Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José e região.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3GNG2L4](https://bit.ly/3GNG2L4)

MAIS OPRESSÃO

Pandemia deixa legado de violência e desigualdade às mulheres trabalhadoras

**ÉRIKA ANDREASSY,**
DA SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES DO PSTU

A pandemia segue a todo vapor. O surgimento da ômicron como produto da desigualdade no acesso às vacinas e a explosão de contaminados pelo mundo evidenciam as contradições do sistema capitalista (leia mais nas páginas 8 e 9). Assim como o número de pessoas que foram empurradas para a pobreza e extrema pobreza, dos quais a maioria são mulheres, ao mesmo tempo que a fortuna dos super-ricos se multiplicou.

Para as mulheres trabalhadoras, o legado da pandemia foi brutal. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a Covid-19 produziu um retrocesso de pelo menos dez anos na participação feminina no mercado de trabalho, e 23 milhões de mulheres foram adicionadas à pobreza somente na América Latina e Caribe,

num total de 118 milhões vivendo nessas condições.

Em relação ao trabalho doméstico, que representa entre 10,5% a 14,3% dos empregos femininos na região, mais de 70% foram afetados. Mais de 826 mil empregadas domésticas foram demitidas no Brasil entre 2019 e 2021, a informalidade no setor aumentou de 71,39% para 75,64%, já o rendimento médio caiu de R\$ 979,00 para R\$ 929,00. Vale ressaltar que duas em cada três empregadas domésticas são negras.

SOBRECARGA DOMÉSTICA E VIOLÊNCIA

Junto com o desemprego e a insegurança econômica se intensificaram a sobrecarga doméstica e a violência. As mulheres assumiram a maior parte do trabalho adicional em casa, principalmente entre as famí-



lias mais pobres, com até 39% a mais do tempo. No Brasil, metade das mulheres passou a cuidar de alguém na pandemia. Mesmo as trabalhadoras que conseguiram manter seus empregos reportaram aumento da dupla jornada.

A violência doméstica e os feminicídios deram um salto. São Paulo registrou crescimento de 75% no atendimento de mulheres vítimas de violência em 2021, e no Espírito Santo os feminicídios cresceram 46%. Já os processos de assédio sexual

foram 21% maiores no primeiro trimestre de 2021.

DESIGUALDADE DE GÊNERO É PRODUTO DO CAPITALISMO

A opressão é funcional ao sistema, ajuda a dividir a classe e aumentar a exploração, pagando menores salários às mulheres, economizando gastos sociais com o trabalho doméstico não remunerado e mantendo um exército de reserva que pressiona os salários dos trabalhadores para baixo.

Por outro lado, as mulheres não sentem de forma igual a opressão. As mulheres burguesas não sofrem as consequências da combinação de opressão e exploração, como a dupla jornada, a desigualdade salarial, o desemprego feminino, o assédio no local de trabalho etc..

E mesmo a falta de direitos é diferente, como a questão do aborto, por exemplo. As mulheres burguesas, mesmo clandestinamente, podem pagar para realizar o procedimento em segurança e conforto, sem colocar em risco sua vida e saúde como ocorre com as mulheres pobres.

Como as patentes das grandes multinacionais não foram quebradas, os países com mais dificuldades econômicas ficam para trás na vacinação, como é o caso de todo o continente africano, enquanto a grande indústria farmacêutica continua ganhando muito dinheiro e tendo muito lucro, colocando em risco o conjunto da humanidade.

SISTEMA

Uma luta contra o capitalismo



A luta das mulheres tem ganhado visibilidade e mobilizado cada vez mais gente. Mesmo durante a pandemia as mulheres saíram às ruas em várias partes do mundo para defender seus direitos. Na Argentina conquistaram a legalização do aborto; no México, a descrimi-

nalização. No Brasil a violência psicológica contra as mulheres foi incluída no Código Penal. As mulheres também estão ocupando cada vez mais espaços de representação na sociedade, como no Chile, onde receberam a maioria dos votos na Constituinte e são maioria no Ministério do novo governo.

Essas conquistas são importantes e seguramente fortalecem a luta das mulheres, por isso estamos por cada uma delas, ao mesmo tempo que alertamos para os seus limites e a necessidade de vincular a luta das mulheres trabalhadoras por direitos, contra a violência e o machismo, à luta por destruir o sistema capitalista e construir o socialismo, pois enquanto perdurar o capitalismo nenhuma conquista estará assegurada, e seguiremos sofrendo com a desigualdade e a opressão.

Resgatar o caráter de classe do 8 de março e da luta das mulheres

O 8 de março está chegando e no Brasil, onde enfrentamos um governo de ultradireita e reacionário, que ataca sistematicamente nossos direitos, são as mulheres trabalhadoras que mais sentem a necessidade de derrotar Bolsonaro.

Infelizmente, setores que constroem o movimento, como PT, PCdoB e setores do PSOL, estão buscando transformar o 8M numa plataforma para potencializar a frente ampla e a candidatura de Lula. Além de fomentar a ilusão de que por meio das eleições e da aliança com a burguesia é possível resolver os problemas das mulheres trabalhadoras, colocam seus interesses eleitorais acima dos interesses do movimento.

O 8 de março deve estar a serviço da luta pelo Fora Bolsonaro, Damares e seu projeto reacionário e de ultradireita. A serviço da luta contra a violência e o machismo, por em-

prego, salário e direitos para as mulheres. Deve se vincular à luta contra a exploração capitalista e pela construção do socialismo. Nesse sentido, é fundamental fortalecer um polo socialista e revolucionário também no 8 de março e resgatar o caráter classista e de

luta do 8M. Fazemos um chamado a todos os setores que constroem o movimento e que estão contra a política do PT e cia. para que venham fortalecer esse polo conosco.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3B1VCS0](https://bit.ly/3B1VCS0)

CHEGA DE IMPUNIDADE!**Prisão imediata de Robinho e Falco!**

No último dia 19, a justiça italiana confirmou a condenação de Robinho e Ricardo Falco a nove anos de prisão por violência sexual. Entretanto, ambos poderão ficar impunes, já que a Constituição proíbe a extradição de brasileiros, e o tratado de cooperação judiciária em entre Brasil e Itália não prevê que uma condenação imposta pela justiça italiana seja aplicada em território brasileiro. Chega de impunidade! O caso Robinho expõe a cultura do estupro arraigada na sociedade. Defendemos punição rigorosa aos agressores, bem como políticas de combate ao machismo e à violência.

AMAZÔNIA

Garimpo ilegal ameaça Rio Tapajós e a vida de indígenas e ribeirinhos



**ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)**

A água cristalina do Rio do Tapajós – o mais belo dos afluentes do Rio Amazonas – está ficando turva. O azul está sendo substituído pelo amarelo barrento. Tal mudança não é resultado de um fenômeno da natureza, mas da ação de garimpos ilegais em afluentes do Tapajós, dentre os quais os rios Jamanxim, o Crepori e o Cabitutu, aponta a nota técnica divulgada, no último dia 24, pelo Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil (MapBiomas).

“O garimpo ilegal na Amazônia, tanto terrestre quanto em rios (com balsas) têm crescido nos últimos anos, e uma das regiões onde este crescimento foi mais

expressivo é justamente na área do Tapajós, onde triplicou nos últimos 10 anos, crescendo uma área do tamanho da cidade de Porto Alegre”, diz a nota técnica.

Essa destruição da Amazônia é incentivada pelo governo Bolsonaro, que defende e aplica normas mais flexíveis, que favorecem a grilagem de terra e a mineração ilegal. A postura de Bolsonaro passa a sensação de “liberou geral”, incentivando a ação dos grileiros e garimpeiros.

EM DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS E RIBEIRINHOS

Segundo estudo do Instituto Socioambiental, no médio Tapajós, desde 2019 é nítido o avanço do garimpo na região. Apenas na TI Munduruku, cresceu 363% nos últimos três anos.

Os sedimentos que tomam o rio Tapajós são visíveis em todo seu baixo curso até a foz, inclusive em Alter do Chão, em Santarém, no oeste do Pará. A Universidade Federal do Oeste do Pará identificou níveis de mercúrio no sangue dos moradores de Alter do Chão, dez vezes acima do recomendado. Garimpeiros usam mercúrio para separar o ouro dos rejeitos.

EXPULSÃO DOS GARIMPEIROS, JÁ!

Movimentos sociais, associações e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém divulgaram um manifesto pedindo a expulsão dos garimpeiros que atuam nos afluentes do Tapajós.

Os garimpeiros ganharam força nos últimos anos, como



Rio Tapajós com as águas barrentas

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3GMB3FS](https://bit.ly/3GMB3FS)**

consequência da negligência do poder público, que tem sido aliado dos destruidores da Amazônia. É preciso enfrentar os garimpos, que enriquecem um punhado de corruptos a custo da morte dos povos indígenas e ribeirinhos, e da destruição dos rios e da floresta.

Chega de impunidade. Prisão e expropriação dos bens de todos os envolvidos na mineração ilegal. Por medidas de fiscalização e proteção eficazes, em defesa dos órgãos públicos. Fora Bolsonaro, inimigo da Amazônia e dos povos indígenas e ribeirinhos.

MARANHÃO

Ka'apor realizam II Encontro de Governança e Autodefesa

O povo Ka'apor realizou, entre os dias 18 e 20 deste mês, o 2º Encontro de Governança e Autodefesa. O evento teve como pauta central a organização interna e o mapeamento etnográfico do território. Durante o Encontro, foi criada a 11ª área de proteção do território Ka'apor, no município de Nova Olinda (MA).

Para além de proteger a floresta em si, as áreas de proteção representam uma estratégia de impedir a entrada de madeireiros e outros criminosos. Elas são novas comunidades criadas



Encontro dos Ka'apor

na rota de entrada ilegal.

Apesar de ser homologado, o Território Alto Turiaçu sofre invasões ilegais de madeireiros, caçadores, grileiros e pressão de mineradoras. Tais ações contam com a omissão do governo estadual, das polícias locais e federal e co-

nivência de órgãos federais, como o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e a Funai (Fundação Nacional do Índio).

MARANHÃO



**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3ASNKIA](https://bit.ly/3ASNKIA)**

Encontro indígena “Tecendo Resistência” será realizado nos próximos dias 18 e 19

O encontro Ximugàn Zane-rekohaw (Tecendo Resistência) será realizado nos próximos dias 18 e 19, em São Luis (MA) e tem o objetivo de promover um espaço de união e debate entre diferentes povos indígenas. Organizado pelo Instituto Ximugàn Zanerekohaw e o Povo Indígena Tremembé do Engenho, com o apoio da CSP-Conlutas e do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), o evento vai discutir os direitos originários e constitucionais dos povos indígenas.

A iniciativa é consequência do último encontro de povos Guajajara e Tremembé, realizado em novembro de 2021, frente à necessidade de estender as discussões dos assuntos que impactam a vida dos indígenas e a construção de redes de apoio.

A programação conta com debates e palestras a respeito de temas que envolvem a vida e a luta dos povos indígenas: marco temporal das demarcações de terra e o desmonte da Funai orquestrado pelo governo Bolsonaro. Também será realizada uma trilha pelo território Tremembé.

APOIO AOS KA'APOR

APOIE A LUTA INDÍGENA

Exigimos proteção aos indígenas e a investigação e prisão dos criminosos que extraem ilegalmente madeira do território e perseguem, ameaçam e planejam agredir e cometer assassinatos das lideranças indígenas.

Moções de pessoas e entidades contra a agressão ao povo Ka'apor devem ser enviadas para:

- **Governo do Estado do Maranhão:** gabinete.gov@governadoria.ma.gov.br;
- **Secretaria de Segurança Pública:** gabinete@ssp.ma.gov.br;
- **Ministério da Justiça e Segurança Pública:** chefiadegabinete@mj.gov.br;

PORTUGAL

Uma maioria absoluta a serviço da União Europeia e dos patrões

EM LUTA
DE PORTUGAL

Se havia uma certeza que todos tinham para as eleições realizadas em Portugal, no dia 30 de janeiro, é de que não haveria maiorias absolutas. No entanto, a maioria absoluta veio. O Partido Socialista (PS), que de socialista nada tem e que, junto com o PSD, representa os interesses dos patrões em Portugal, vai poder governar sem negociar.

Os momentos que se avizinham serão de luta, se quisermos manter e conquistar os nossos direitos. Apesar da normalização da pandemia, os números estão aí para mostrar que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) está sobrecarregado. Tampouco há uma retomada econômica, e o aumento da inflação coloca sobre as costas dos trabalhadores o peso da irracionalidade da economia capitalista. A famosa bazuca europeia vem aí para garantir dinheiro para as grandes empresas, e as pequenas e médias serão estranguladas.

Neste contexto, António Costa [primeiro ministro de Portugal] tem assegurados quatro anos com as mãos livres para governar sem se preocupar com maiorias. Se depender do Parlamento, Costa poderá implementar todos os seus projetos de reforma estrutural. Ele não terá de revogar as leis trabalhistas da Troika [Comissão Europeia (CE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Central Europeu (BCE)]. Tampouco vai reverter o desmantelamento do SNS.

Costa vai manter o país dos salários baixos, de trabalhos precários, de Estado social mais reduzido, como manda a União Europeia. Não vai se preocupar em combater o racismo, a xenofobia, o machismo e a LGBTfobia. Vai continuar a entrega e destruição do país, vendendo e extraindo recursos sem pensar no custo ambiental. Não temos nenhuma ilusão no governo de Costa e desde já nos colocamos em luta contra ele. E

sabemos também que se depender do Parlamento, os grandes problemas da nossa sociedade vão aprofundar-se.

O aumento da extrema direita racista e xenófoba do Chega [partido de ultradireita que elegeu 12 parlamentares] e do projeto liberal da Iniciativa Liberal [que elegeu oito] fortaleceu o projeto dos mais ricos e vem para propor a retirada das conquistas da classe trabalhadora e atacar os setores mais oprimidos. Portanto, a perspectiva é ainda pior.

A organização da luta e resistência da nossa classe para enfrentar os desmandos da União Europeia e de um governo de maioria absoluta do PS será crucial. Mas é preciso ir além, pois há responsáveis pela maioria absoluta conquistada pelo PS. Nomeá-los e fazer uma avaliação do que significou a Geringonça [coligação de governo entre o PS e mais dois partidos de esquerda que, desde 2015, passaram a governar o país] é parte fundamental de construir a verdadeira alternativa política para a classe trabalhadora e o povo.

Em 2015, após o duro governo do PSD [partido de direita] e das medidas da Troika, o PS de Costa ganhou as eleições. A crise dos pilares do bipartidarismo, PS e PSD, levou a que, para governar, Costa tivesse de negociar com os partidos à esquerda do Parlamento: o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista (PCP). Desde então, o BE e o PCP não votaram nenhuma medida que pudesse recuperar aquilo que foi roubado nos tempos da Troika. E o aprofundamento do projeto neoliberal europeu leva à crise social atual.

DERROTA DA “GERINGONÇA”

BE e PCP não aceitaram o Orçamento de 2022 proposto por Costa, porque queriam mais “Estado de bem-estar social” no projeto neoliberal do PS. Ficou comprovado que isso era uma utopia, incompatível com a União Europeia dos ricos e das multinacionais e também com um PS.



Primeiro-ministro de Portugal, António Costa, do Partido Socialista.

A derrota eleitoral que BE e PCP tiveram nestas eleições é a lição de que as geringonças não trazem soluções para os trabalhadores [dos 19 deputados, a bancada do BE foi reduzida a apenas cinco]. É essa a justificativa para que a maioria dos trabalhadores não tenha se identificado com o papel que jogaram PCP e BE nesses governos.

Perante a hipótese de regresso da direita, a falta de alternativas nítidas à esquerda e o crescimento da extrema direita em Portugal, o peso do voto útil foi grande, e a impensável maioria absoluta veio.

SEM ALTERNATIVA

Nestas eleições não houve nenhuma força que tivesse a ousadia de se apresentar categoricamente como oposição ao PS e à direita, a serviço dos tra-

balhadores e do povo. Não se apresentaram às eleições com um programa alternativo de resposta à crise social e de ruptura com o euro e a União Europeia. Chegou a conta política para a esquerda que apresentou como único objetivo ser uma muleta de um governo do PS e dizia que, com essa estratégia e pelo Parlamento se poderiam conquistar migalhas. De certa forma, essa falta de alternativa política é o que acaba por também fortalecer a extrema direita.

Sabemos que estas eleições trazem uma lição amarga, principalmente para os ativistas que depositavam expectativas nos partidos à esquerda do PS. Mas o combate político não só aos ataques do governo, mas aos retrocessos que virão do crescimento da extrema direita e dos liberais tem de ser feito nas ruas

e nas lutas, unindo os trabalhadores, a população mais pobre e os setores mais oprimidos.

É hora de construir uma alternativa política revolucionária. E por isso fazemos um chamado aos ativistas que estão descontentes com os rumos do BE e do PCP. A solução passa pela construção de um projeto alternativo ao PS e à direita, em que quem manda são os trabalhadores. Um projeto revolucionário e socialista pautado nos interesses da classe trabalhadora e na defesa dos oprimidos, que aponte a necessidade da organização e da luta e construa uma alternativa política revolucionária e socialista. O Em Luta está empenhado nesse projeto que – sabemos – será crucial perante o próximo governo.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/34FOV07](https://bit.ly/34FOV07)

SOCIALISTAS GANHAM MAIORIA ABSOLUTA PELA SEGUNDA VEZ NA DEMOCRACIA



ORÇAMENTO

Em plena crise, Bolsonaro faz corte bilionário no INSS, na Educação e até na Saúde

Cortes no Orçamento atingem até a área de pesquisa da Fiocruz, que produz a vacina da AstraZeneca contra a covid, além de comunidades quilombolas e indígenas



DA REDAÇÃO

Em um momento de aprofundamento da crise, com explosão do desemprego, queda recorde na renda com a generalização do trabalho precário e informal e inflação galopante, Bolsonaro não teve dúvidas: cortou bilhões dos ministérios do Trabalho e da Previdência, além da Educação, e manteve as verbas das chamadas emendas secretas e do fundo eleitoral.

Do corte de R\$ 3,18 bilhões do Orçamento aprovado no Con-

gresso Nacional, mais da metade se refere a Trabalho e Previdência. Tira R\$ 1 bilhão só do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Servidores denunciavam que o corte coloca em risco o já precário atendimento à população. Já a tesourada no Ministério da Cidadania, de R\$ 260 milhões, atinge áreas e benefícios sociais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos carentes.

A Saúde, por sua vez, perdeu R\$ 74,2 milhões, num momento em que a variante ômicron pro-

voca recordes de contaminação e sobrecarrega o SUS. A Fiocruz, que produz a vacina AstraZeneca e pesquisa uma vacina totalmente nacional, perdeu R\$ 12,7 milhões. Ciência e Tecnologia, outra área fundamental no combate à pandemia, foi tesourada em R\$ 73 milhões.

O segundo maior corte depois do Trabalho e da Previdência foi na Educação, que foi enxugada em pouco mais de R\$ 800 milhões. O corte no setor vai desde a educação básica, até pesquisa, extensão e inovação

no ensino superior. Metade do “contingenciamento” (eufemismo para corte) se deu no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Quilombolas, povos originários e mulheres também sofreram com cortes dos já poucos recursos com que contavam. A verba para demarcação, fiscalização e proteção dos povos indígenas perdeu R\$ 773 mil. Verbas destinadas à proteção e à promoção dos povos originários também tiveram cortes de R\$ 859 mil. Quilombolas perde-

ram R\$ 85 mil para reconhecimento e indenização de territórios. Já o Ministério da Mulher e Direitos Humanos teve um corte de R\$ 16,5 milhões na área de combate à violência contra as mulheres.

O Orçamento aprovado pelo Congresso e sancionado com esses vetos por Bolsonaro mantém a defasagem salarial dos servidores públicos que se arrasta há cinco anos. Exceto para os policiais, vistos como base de apoio do bolsonarismo e a quem é destinado R\$ 1,7 bilhão.

TESOURA AFIADA

Veja alguns dos principais cortes

Trabalho e Previdência
R\$ 1 bilhão

Educação
R\$ 802 milhões

Desenvolvimento Regional
R\$ 458 milhões

Cidadania
R\$ 284 milhões

Infraestrutura
R\$ 177 milhões

Agricultura
R\$ 87 milhões

Saúde
R\$ 74 milhões

Meio Ambiente
R\$ 35 milhões

Ciência e Tecnologia
R\$ 10 milhões

ORÇAMENTO SECRETO



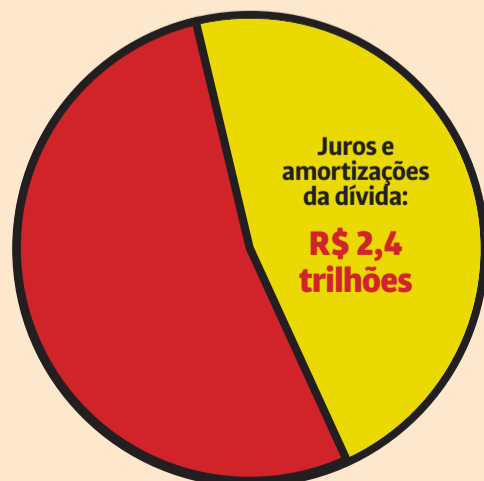
VERBAS PARA A COMPRA DE DEPUTADOS E CAMPANHAS MILIONÁRIAS

Orçamento Secreto
R\$ 16,48 bilhões

Fundo Eleitoral
R\$ 4,9 bilhões

TESOURA AFIADA

Orçamento total:
R\$ 4,7 trilhões



Para centrão e banqueiros, não falta dinheiro

Ao mesmo tempo que passa a tesoura no INSS, na Saúde e na Educação, Bolsonaro manteve o chamado “orçamento secreto” no valor de R\$ 16,48 bilhões. É mais de cinco vezes o que mandou cortar das áreas sociais. Esse orçamento bilionário é utilizado para comprar e manter o apoio do centrão a Bolsonaro, sendo um antídoto contra o avanço de qualquer pedido de

impeachment. Além dessa grana, há outros R\$ 4,9 bilhões para o fundo eleitoral, grana que vai quase exclusivamente para o financiamento de campanhas milionárias dos grandes partidos.

No entanto, por mais revoltante que sejam as verbas milionárias destinadas para a compra de parlamentares e o financiamento das campanhas milionárias, nada se compara

à verdadeira sangria provocada pelo mecanismo da dívida pública. Dos R\$ 4,7 trilhões do total do Orçamento para 2022, R\$ 2,4 trilhões, ou 56%, devem ser direcionados ao pagamento de juros e amortizações da dívida para grandes banqueiros e investidores.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3UJD1PV](https://bit.ly/3UJD1PV)

MUITO ALÉM DO NEGACIONISMO

Djokovic é dono de laboratório que busca tratamento para Covid

O caso do tenista sérvio (que mora em Mônaco), Novak Djokovic, que se recusou a tomar vacina e foi barrado em um torneio de tênis na Austrália tomou os noticiários do mundo todo. Djokovic não cumpria os requisitos para permanecer no país e disputar o Australian Open, torneio do Grand Slam, um dos quatro campeonatos mais importantes do circuito. O tenista também

foi considerado uma ameaça à saúde pública pelo governo australiano, para quem sua recusa a se vacinar poderia influenciar movimentos antivacina no país. Toda essa questão abriu um debate sobre a obrigatoriedade da vacinação. No entanto, no caso Djokovic havia mais questões do que uma ingênua oposição à vacinação obrigatória. Ou ainda, de que ele era só um idiota negacionista... Novak Djokovic e sua

esposa são sócios majoritários (80%) da QuantBioRes, uma empresa de biotecnologia fundada em junho de 2020 (durante o auge da pandemia) que tem por objetivo desenvolver medicamentos para tratamento da Covid-19 e não em vacinas. O tratamento oferecido pela empresa de Djokovic pode chegar a U\$ 530, enquanto uma dose de vacina não custa mais que U\$ 10.



#BOLSOPORCO

Frango, farofa e R\$ 11,8 milhões gastos do cartão corporativo



Em ano eleitoral é comum ver políticos abusando do pastel de feira para tentar passar uma imagem popular. Bolsonaro não perderia a oportunidade de tentar parecer o que não é. No último final de semana, protagonizou uma cena bizarra. Em vídeo publicado por assessores nas redes sociais, Bolsonaro aparece todo sujo de farofa em mais uma tentativa torpe de querer parecer “humilde”. No vídeo, o presidente aparece todo sujo de farinha, com cabelo bagunçado e olhando

de relance para a câmera para confirmar que acena ridícula estava sendo filmada. Mas o tiro saiu pela culatra. Ao invés de aparentar ser “do povão”, o vídeo de Bolsonaro deixou claro que ele não passa de um porco. #Bolsoporco foi o que mobilizou a internet logo após a divulgação do vídeo. Muitos lembraram que ser humilde ou pobre não significa ser relaxado, como acredita Bolsonaro.

Além disso, o episódio ocorreu logo após virem à tona os gastos estrondosos com cartão

corporativo. Bolsonaro já gastou R\$ 29,6 milhões com cartões corporativos nos três anos de mandato, um salto de 18,8% quando comparados aos quatro anos anteriores, de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB).

Ao longo de todo o ano de 2021, foram torrados R\$ 11,8 milhões nestes cartões, o que representa o maior valor nos últimos 7 anos. Por trás da farofada registrada por seus assessores, Bolsonaro vive mesmo é no luxo enquanto verdadeiro povão tá passando necessidade.

DECLARAÇÕES

Ministro da Educação é denunciado por homofobia

A Procuradoria-Geral da República (PGR) denunciou o ministro da Educação, pastor Milton Ribeiro, pelo crime de homofobia. Ribeiro, numa entrevista em setembro de 2020 ao jornal O Estado de S. Paulo, relacionou “famílias desestruturadas” com o fato, segundo ele, de existirem “adolescentes que optam por ser gays”.

“Acho que o adolescente, que muitas vezes, opta por andar no caminho do homossexualismo, tem um contexto familiar muito próximo, basta fazer uma pesquisa. São famílias desajustadas, algumas. Falta atenção do pai, falta atenção da mãe. Vejo menino de 12, 13 anos optando por ser gay, nunca esteve com uma mulher de fato,

com um homem de fato, e caminhar por aí. São questões de valores e princípios”, disse o homem que comanda o MEC. Com a denúncia, caberá agora ao Supremo Tribunal Federal (STF) acatar ou não a decisão da PGR para que o processo tenha andamento na corte, tornando Milton Ribeiro réu pelo crime de homofobia.



NAHUEL MORENO

Uma vida dedicada à revolução socialista



DA REDAÇÃO

Há 35 anos, no dia 25 de janeiro de 1987, morreu Nahuel Moreno, dirigente e fundador da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT). Em sua trajetória política podemos destacar a sua luta incansável pela construção da Internacional, sua obsessão em construir um partido revolucionário enraizado na classe operária e sua preocupação constante com a elaboração teórica e programática.

ABRINDO CAMINHO

Moreno não começou a militar num grande partido. Ao contrário, teve de abrir caminho para o trotskismo no interior do movimento operário argentino. A luta pela implantação na classe operária sempre foi uma obsessão, sendo também um traço marcante da corrente internacional construída por ele.

Moreno ingressou no movimento trotskista em 1940 e quatro anos depois participou da fundação do Grupo Operário Marxista (GOM), que em 1947 adotou o nome de Partido Operário Revolucionário.

Nessa época, surgiam as grandes organizações sindicais na Argentina, e Moreno e o POR tiveram um papel destacado nesse processo, colaborando com a fundação de alguns dos mais importantes sindicatos, como a Associação Operária Têxtil e o sindicato do frigorífico Anglo-Ciabasa, o maior do país.

Depois do golpe militar pró-imperialista que derrubou Perón, em 1955, Moreno participou como dirigente do Movimento de Agrupações Operárias (MAO) que incluía as organizações sindicais e políticas clandestinas do peronismo, que combateram a ditadura militar e a derrubaram.

As décadas de 1950 e 1960 estiveram profundamente marcadas pela Revolução Cubana. A guerra de guerrilhas se converteu em estratégia única de

toda uma geração da esquerda latino-americana. Moreno participou ativamente desse debate, polemizando com a estratégia de guerrilha e defendendo que o trabalho de organização na classe operária deveria ser o centro da atuação revolucionária.

Na década de 1970, da fusão do PRT (também fundado por Moreno) com uma corrente socialista, surgiu o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), que teve um importante papel nas lutas operárias e na resistência à ditadura militar. Declarado ilegal e ferozmente perseguido, teve vários de seus militantes presos, torturados e assassinados.

Em 1986, Moreno fundou o Movimento ao Socialismo (MAS), do qual foi o principal dirigente até sua morte em 1987.

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DA INTERNACIONAL

Sua atuação na luta pela reconstrução da IV Internacional teve início em 1948. No mesmo ano, ele participou como delegado do POR do segundo congresso da Internacional e em 1951, do terceiro.

A corrente internacional fundada por Moreno participou ativamente do movimento trotskista internacional. Sua intervenção nos principais debates teóricos e políticos, assim como em distintos processos revolucionários, forneceu as bases para a construção de uma corrente internacional

presente em vários países latino-americanos.

Em 1952, como parte da IV Internacional, polemizou com sua direção sobre a Revolução Boliviana. Contrário à política oficial de apoio crítico ao Movimento Nacionalista Revolucionário (um partido burguês), Moreno propôs a palavra de ordem de “Todo poder à COB”. Em 1962, com Hugo Blanco, participou do processo revolucionário peruano e, em 1974, interveio na Revolução Portuguesa.

Nesse período, polemizou com Ernest Mandel, dirigente do Secretariado Unificado, sobre o método do Programa de Transição e o caráter dos partidos. A polêmica foi sintetizada no livro “O Partido e a Revolução”. Esse trabalho influenciou e formou toda uma geração de militantes.

Em 1979, impulsionou a formação da Brigada Simón Bolívar, da qual participaram

militantes revolucionários de diversos países latino-americanos, que foram à Nicarágua combater com os sandinistas.

O resultado dessa longa militância, dessa sua longa marcha, foi a LIT. Fundada em janeiro de 1982, a Liga Internacional dos Trabalhadores foi o produto, dentro do trotskismo, da corrente principista de Moreno, construída na classe operária e sempre no marco de uma organização internacional.

TEORIA E PROGRAMA

Como parte da tradição marxista, Moreno manteve uma preocupação constante com a elaboração teórica e programática. Deixou aportes importantes e originais no marxismo como, por exemplo, na interpretação da colonização da América Latina com a obra “Quatro teses sobre a colonização espanhola e portuguesa na América”, em que aplicou a teoria do desenvolvimento de-

sigual e combinado de Trotsky para mostrar como se dava uma colonização inserida no capitalismo com relações pré-capitalistas.

Também foi audacioso e fez uma correção que enriqueceu as “Teses da Revolução Permanente”, de Trotsky. Constatou que as revoluções do pós-Segunda Guerra Mundial não tinham tido nem o proletariado nem um partido revolucionário à sua frente.

Na década de 1980, Moreno elaborou dois documentos, de enorme importância atual, na compreensão dos governos das frentes populares, como “O governo Mitterrand, suas perspectivas e nossa política” e a “A traição da OCI”, em que demonstrou que os governos de colaboração de classes – burgueses, mas com partidos reformistas à sua frente – causam enorme confusão e crise nos partidos revolucionários.

Moreno dizia que não acreditava na inevitabilidade da vitória do socialismo, sempre ressaltando que isso dependeria da luta de classes à qual os revolucionários estão inseridos. “Então, o indispensável é lutar, lutar com raiva para vencer. Porque podemos vencer. Não existe nenhum Deus que tenha determinado que não podemos fazê-lo.”

LEIA TAMBÉM



Algumas palavras sobre Moreno

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3JGTLCB](https://bit.ly/3JGTLCB)

